



# FAMÍLIA, GÊNERO E TRABALHO NO MEIO RURAL: INTERLOCUÇÕES POSSÍVEIS A PARTIR DO DISCURSO JORNALÍSTICO

FAMILY, GENDER AND WORK IN THE RURAL ENVIRONMENT:  
POSSIBLE INTERLOCUTIONS FROM THE JOURNALISTIC DISCOURSE

Elise Julia Sehn<sup>1</sup>  
Karla Gomes Nunes<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo resulta de uma pesquisa de conclusão de curso de graduação em Psicologia, na Universidade de Santa Cruz do Sul/RS. O objetivo principal foi investigar quais discursos circulavam no jornal de um município de pequeno porte do RS, acerca das intersecções entre a mulher, o trabalho e o meio rural. A metodologia consistiu em uma pesquisa documental no jornal local, a Tribuna Popular, utilizando-se os recursos de *clipping* e anotações em um diário de campo como estratégias para a produção de dados. A Análise do Discurso, em sua vertente francesa, é utilizada enquanto perspectiva teórico-metodológica para produção e análise dos dados. A partir da análise de 56 edições do jornal, publicadas entre março de 2015 e março de 2016, foram observados atravessamentos do discurso patriarcal nas instituições família e trabalho, bem como a aproximação da mulher rural às atividades laborais da esfera doméstica. Também se evidenciou a intersecção com outros campos discursivos, como o atravessamento do discurso econômico-capitalista, reforçando estereótipos e papéis de sexo/gênero. Assim, os discursos que falam sobre a intersecção entre mulher e trabalho rural são atravessados por determinado contexto social e histórico, descrevendo e (re)produzindo realidades, sugerindo que novos estudos sejam realizados acerca da temática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Família; Gênero; Trabalho rural; Mídia; Análise de Discurso.

**ABSTRACT:** This article is the result of a graduation research in Psychology, at the University of Santa Cruz do Sul / RS. The main objective was to investigate which discourses circulated in the newspaper of a small municipality of RS, about the intersections between the woman, the work and the rural environment. The methodology consisted of a documentary research in the local newspaper, Tribuna Popular, using clipping resources and annotations in a field journal as strategies for the production of data. Discourse Analysis, in its French language, is used as a theoretical-methodological perspective for the production and analysis of the data. From the analysis of 56 editions of the newspaper, published between March 2015 and March 2016, the patriarchal discourse in family and work institutions was crossed, as well as the approach of the rural woman to the work activities of the domestic sphere. The intersection with other discursive fields, such as the crossing of the economic-capitalist discourse, was also evidenced, reinforcing stereotypes and gender / gender roles. Thus, the discourses that speak about the intersection between woman and rural work are crossed by a certain social and historical context, describing and (re) producing realities, suggesting that new studies are carried out on the subject.

**KEYWORDS:** Family; Genre; Rural work; Media; Discourse Analysis.

## APRESENTAÇÃO

Este artigo apresenta uma pesquisa realizada durante o ano de 2016, apresentada como trabalho de conclusão de graduação em Psicologia, pela Universidade de Santa Cruz do Sul/RS, em formato de monografia. Partimos reflexões dos campos da Psicologia do Trabalho

<sup>1</sup> Psicóloga graduada com ênfase em Políticas Públicas pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família pela Universidade do Vale do Taquari. [elisesehn@hotmail.com](mailto:elisesehn@hotmail.com)

<sup>2</sup> Psicóloga, Dr<sup>a</sup> em Psicologia Social e Institucional, professora adjunta do Internato em Saúde Mental do Curso de Medicina e da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Docente do departamento de Psicologia da UNISC (em licença interesse). [karla@pucminas.br](mailto:karla@pucminas.br)

e da Psicologia Social, em torno das articulações entre gênero, família e trabalho. Percebemos que, na sociedade contemporânea, muito se produz acerca dessas articulações. No entanto, as produções ocorrem majoritariamente em um contexto urbano-industrial, o que justifica a opção pelo estudo na espacialidade rural, tão pouco debatida nos meios científico e acadêmico.

Partindo das vivências em uma localidade de um município de pequeno porte do interior do Rio Grande Sul, a saber, Sinimbu, foram realizados questionamentos acerca do lugar ocupado pelas mulheres no campo, ou sobre como se constitui ser mulher e/ou trabalhadora nas tessituras de um jornal voltado para a realidade de um município eminentemente rural.

Sinimbu, nesse sentido, pode ser considerado como uma espacialidade rural. É um município de pequeno porte do interior do Rio Grande do Sul (RS), localizado na região do vale Rio Pardo, cuja área territorial são 510.120 quilômetros quadrados. A população, conforme último censo demográfico, apontava um total de 10.068 habitantes. Consiste em um município eminentemente rural (85,7% da população, que somam 8.631 pessoas). Desta população rural, 52,6% (4.543 pessoas) eram homens e os demais 47, 4% (4.088 pessoas) eram mulheres (IBGE, 2010).

O município tem uma economia baseada na agricultura familiar de subsistência, desenvolvida em pequenas propriedades, onde o principal cultivo é o tabaco. Nesse espaço houve convivência com diversas mulheres residentes do meio rural, que se autodenominam e são conhecidas pela comunidade local como agricultoras e/ou donas de casa. Estas constituem importante foco das reflexões deste estudo, que buscou compreender como a mulher trabalhadora e/ou moradora do meio rural é constituída sob a ótica do jornal local semanal, a *Tribuna Popular*. Buscamos compreender as visibilidades e dizibilidades (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011) acerca da intersecção entre os termos mulher, trabalho e rural.

Após produção e análise de dados, em conjunto com revisões teórico-bibliográficas, foram elencadas algumas problematizações acerca da contextualização do espaço rural, sobre o qual se fala aqui, e do fator trabalho, como são ditos pelo discurso do jornal; do modo de produção, baseado na agricultura familiar; e dos atravessamentos de práticas discursivas voltadas para a família nuclear e divisão sexual do trabalho. Esses dados foram analisados através da perspectiva francesa da Análise do Discurso, operando com conceitos da obra de Michel Foucault (1996; 2004), como discurso, enunciado e formação discursiva. Além disso, foi utilizado referencial de autoras contemporâneas que problematizam a análise do discurso em articulação à mídia, gênero e política. Dentre elas destacamos Céli Pinto (1989; 2005); Rosa Fischer (2001) e Maria Gregolin (2007).

## MÍDIA E DISCURSO: DELINEAMENTOS INICIAIS

Conforme Albuquerque Júnior (2011), investigamos quais modos de ser mulher eram *visibilizados* e *dizibilizados* através do discurso do jornal em determinado contexto social, histórico e cultural, afinal, “poucos discursos escapam do filtro da mídia” (PINTO, 2005, p. 9).

Partimos da noção do discurso enquanto uma rede de questões relacionadas à língua, ao sujeito e às relações/jogos de poder. Discurso tomado como essencialmente histórico, constituído por acontecimentos reais e sucessivos, que não podem ser analisados fora do tempo no qual se desenvolveram (FOUCAULT, 1996; 2004). Gregolin (2007) corrobora, afirmando que o *discurso* aparece enquanto um lugar de enfrentamentos teórico-metodológicos. Segundo a autora

a discursividade tem [...] uma *espessura histórica*, e analisar discursos significa tentar compreender a maneira como as verdades são produzidas e enunciadas. Assim, buscando as articulações entre a materialidade e a historicidade dos enunciados, em vez de sujeitos fundadores, continuidade, totalidade, buscam-se *efeitos discursivos*. Foucault propõe analisar as práticas discursivas, pois é o *dizer* que fabrica as noções, os conceitos, os temas de um momento histórico (GREGOLIN, 2007, p. 15).

O jornalismo tem sido visto, nessa direção, enquanto produtor de verdades e objetividades. Pinto (2005) ressalta que os jornais apresentam o *ideal da verdade*. No entanto, é importante ter em vista que as notícias não são um reflexo da realidade, mas sim uma *construção*. Construção esta que envolve relações de poder e questões mercadológicas, (re)produzidas dentro de determinado contexto.

Cabe ressaltar que o presente estudo não tem a intenção de encontrar verdades, essências, ou formações identitárias sobre a mulher residente e/ou trabalhadora rural, mas sim, os modos como elas são vistas/faladas pelo jornal local. Para tanto, buscou-se observar quem, quando e como se fala desta intersecção, tentando problematizar as condições de emergência de determinados enunciados e formações discursivas. Partindo da ideia de que os sujeitos não existem *à priori*, mas são constituídos discursivamente sobre o que se fala deles, conforme ressalta Foucault (2004), afirmando que o que foi dito instaura uma realidade discursiva, sendo o ser humano um ser discursivo, criado ele mesmo pela linguagem.

A Análise do Discurso constitui, assim, um campo teórico-metodológico resultante das relações entre o Materialismo Histórico, a Linguística e a Psicanálise, que toma o *discurso*

enquanto objeto de conhecimento. Discurso tomado, para além de simples enunciados, enquanto aquilo “pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 11).

Ademais, também é possível identificar na mídia uma polifonia discursiva, denominada por Fisher (2001) enquanto diversas vozes, que falam em/sobre um mesmo discurso. Assim é possível pensar que, acerca dos discursos sobre a mulher, em intersecção ao trabalho rural, haverá atravessamentos de outros campos discursivos, como será visto adiante. No entanto, recorreremos inicialmente à conceitualizações teóricas tangentes ao gênero e a divisão sexual/social do trabalho, para compreender melhor o que se busca investigar.

## NOÇÕES DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

A divisão sexual do trabalho surge em decorrência das relações sociais de sexo/gênero. Isso exige, inicialmente, a compreensão da noção de *gênero*. Termo este que se refere à construção social dos papéis de homem e mulher, representando uma crítica ao determinismo biológico, remetido às expressões “sexo” ou “diferença sexual” (SCOTT, 1995). Ou seja, as diferenças entre “homens” e “mulheres”, entre identidades “femininas” e “masculinas”, devem ser compreendidas como construção social dentro de determinado contexto histórico e cultural. Beauvoir (1967) já dizia que ninguém nasce, mas se torna mulher. Não há um determinismo biológico, psíquico ou econômico que a defina como tal, mas uma construção, que acaba investindo de poder uma identidade em relação à outra.

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai construir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos (LOURO, 1999, p. 21).

A masculinização e a feminização de tarefas são construídas e associadas, portanto, às representações sociais daquilo que se acredita ser “masculino” ou “feminino”. No Brasil, sob os moldes de um sistema de produção capitalista, baseado no patriarcado, ocorre a “separação” entre trabalhos de homens e trabalho de mulheres, produzindo uma dicotomia que marca significativamente a história das mulheres, visto que o feminino, caracterizado como natureza, emoção, amor, intuição, foi destinado à esfera privada (reprodutiva). Suas atividades incluíam basicamente os afazeres domésticos e o cuidado da prole. Enquanto o masculino, caracteriza-

do como cultura, política, razão, justiça e poder, foi resignado à esfera pública (produtiva), ocupando funções “extra-lar”, envolvendo a ciência, a educação e o mercado de trabalho (COLLING, 2004).

Por outro lado, para Louro (1999; 2016), as mulheres também seriam providas de poder e capazes de resistir. Assim, o poder não seria uma força unidirecional, mas um exercício (que também pode ser feito pelas mulheres, em busca de novas posições e significações para o trabalho e a vida, por exemplo). Então há possibilidade de constituição de diversas individualidades e formas de subjetivação (diversas formas de “ser mulher” ou “ser homem”), partindo-se de concepções e construções coletivas pré-existentes num padrão cultural, já que o ser humano não é imutável, mas se constituiu dentro de um meio.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a sociedade capitalista ocidental tem passado por profundas alterações ao longo do século XX, especialmente após os anos de 1960 e 1970, quando os movimentos feministas começam a tomar força como luta social e política. As mulheres têm conseguido, a partir de então, importância e poder em diversas áreas (política, empresas, governos e ambiente doméstico, etc.), através de conquistas como o direito ao voto, liberdade sexual e de escolha, e ingresso no mundo do trabalho. O movimento feminista dá visibilidade à mulher perante a sociedade, tornando visível o trabalho doméstico e denunciando a “ausência feminina nas ciências, nas letras, nas artes”, segundo Louro (1999, p. 17).

De forma concomitante, percebemos uma mudança gradual na estrutura das famílias, na construção de identidades “masculinas” e “femininas” e no mundo do trabalho. Alguns avanços notáveis são a expansão feminina da escolaridade, acesso às universidades e a informação (especialmente nas camadas médias), além dos métodos de controle de natalidade que, em parte, liberam as mulheres para o trabalho formal.

No entanto, apesar de mudanças diversas no contexto da família e do trabalho, questões de desvalorização do feminino persistem até os dias atuais. Fonseca (2000) afirma que continuamos seguindo uma lógica patriarcal, onde quem mantém o sustento da família é o homem, sendo a renda da mulher apenas “complementar”, lhe deixando na condição de responsável tanto pela produção (complementando a renda do homem), quanto pela reprodução, sem, no entanto, ser devidamente reconhecida em nenhum dos âmbitos.

Assim, quando se tratando da representação social que se tem do trabalho feminino, somos remetidos a uma força de trabalho desvalorizada socialmente. Isso implica, consequentemente, na invisibilidade e no não reconhecimento deste trabalho, e de quem o executa. Fonseca (2000) afirma que essa visão (da divisão sexual do trabalho), conforme já estudada por Pierre Bordieu, é constituída na aprendizagem, nos costumes. Ou seja, é uma lógica que, não

sendo questionada, torna-se naturalizada, fazendo com que as próprias mulheres passem a adotar estes postos como realmente sendo delas, e que os homens não demonstrem interesse pelos mesmos.

Trabalhar com questões de gênero, nesse sentido, consiste em compreender as múltiplas formas que poderiam assumir as masculinidades e as feminilidades, como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos) constituem hierarquias entre os gêneros. Redes estas que podem (ou não) ser materializadas nas produções midiáticas.

Assim, destacamos a importância desse estudo, que se propôs a investigar as intersecções possíveis entre os termos mulher e trabalho rural, discursivados pela mídia local (jornal) de um município do interior do RS.

## METODOLOGIA

Com o objetivo central de investigar como os discursos (re)produzidos no jornal deste município materializam, em suas produções de textos e/ou imagens, a articulação entre mulher e trabalho rural, conformando modos de ser sujeito neste contexto, realizamos uma pesquisa documental tomando como materialidade as edições impressas da *Tribuna Popular*. O jornal é o único produzido no município, desde o ano de 1993, representando importante veículo de comunicação e informação local.

Foram analisadas um total de 56 edições do jornal, publicadas entre março de 2015 e março de 2016. A delimitação do período de um ano de produções jornalísticas se deu em função do tempo hábil para a pesquisa, considerando a produção de uma edição semanal. E como a busca era pelo que estava sendo produzido na atualidade, houve o recorte temporal de 2015 a 2016, que facilitou também o acesso às edições digitalizadas, disponibilizadas pela equipe do jornal *Tribuna Popular* após contato com proprietário e editor-chefe do mesmo. A pesquisa só iniciou após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul, sob CAAE número 57135716.4.0000.5343.

O recurso do *clipping*, comum nos estudos da Comunicação Social, foi utilizado na pesquisa documental com a finalidade de trazer do jornal recortes de enunciados, que constituem formações discursivas implicadas nos discursos referentes à temática da pesquisa. O *clipping* é uma derivação do inglês, remetendo aos atos de recortar, aparar ou reduzir algo (TEIXEIRA, 2015, p. 15). Os dados encontrados no *clipping* foram registrados em uma tabe-

la, com a intenção de facilitar o estudo das relações entre os enunciados neste percurso de construção do conhecimento.

Os jornais foram analisados individualmente, realizando-se uma busca por algum dos termos pertinentes à temática (como mulher, campo, trabalho rural, trabalho feminino). Quando encontrada alguma notícia, anúncio, artigo de opinião, entre outros, era realizada sua leitura. Após a leitura, era preenchida uma tabela contendo as seguintes informações: data da publicação; seção e página; autoria; título; descrição da publicação (gênero, resumo); descrição das imagens (caso houvesse); e observações adicionais (campo destinado à anotação de dúvidas, intersecções e outras relações observadas/produzidas).

Buscamos, conforme sugeria Fischer (2001), explorar os materiais e suas articulações, “na medida em que eles são uma produção histórica, política; na medida em que as palavras são também construções; na medida em que a linguagem também é constitutiva de práticas” (FISCHER, 2001, p. 199).

Através da utilização desta tabela, foi buscado identificar *quem* fala/escreve sobre a temática em questão, bem como quais espaços são ocupados por estes enunciados e qual o contexto de *onde* e *para quem* se fala. Levando em consideração o que Michel Foucault (1996) já dizia sobre o discurso, afirmando que sua produção é controlada, selecionada, organizada e redistribuída conforme as relações de poder estabelecidas em determinado campo discursivo. Essa posição é evidenciada na obra *A ordem do discurso*, que traz a fala de Foucault em sua aula inaugural no Collège de France, em 1970. Na aula, ele faz uma ligação entre suas obras da década de 60 e se vê no mesmo lugar em que estudou, mas agora enquanto professor, o que lhe garantia um lugar, e um poder de fala diferentes.

De forma complementar, também foram utilizadas anotações registradas em um diário de campo, produzido entre março e novembro de 2016, contendo registros pertinentes à temática de pesquisa e às implicações pessoais, importantes para desencadear os processos reflexivos.

### **Sobre a análise dos dados produzidos: Breves considerações teórico-metodológicas**

“A análise é desenvolvida através da discussão que os temas e os dados suscitam e inclui geralmente o *corpus* da pesquisa, as referências bibliográficas e o modelo teórico” (SÁ-SILVA et. al., 2009, p. 11). Assim, o tratamento dos dados aconteceu de forma contínua durante a construção deste escrito, partindo-se dos procedimentos descritos anteriormente.

Dessa forma, foram sendo identificados, durante o *clipping*, alguns enunciados acerca da temática proposta, expressos nas publicações do jornal, sendo estes postos em movimento a partir da busca pelas relações estabelecidas (entre eles, mas também com enunciados de outras formações discursivas). Ou seja, houve uma tentativa de compreender como diversos enunciados se articulam, dentro de determinadas formações discursivas, constituindo discursos atuais sobre a mulher, em intersecção ao trabalho (e ao meio) rural. Além disso, foram realizadas leituras e consultas à bibliografias diversas, a fim de contextualizar as relações identificadas e problematizadas, colocando estes enunciados também em relação a outros (do meio científico, da legislação, das relações sociais etc.).

A Análise do Discurso (AD) de perspectiva francesa, fortemente atravessada pelos estudos foucaultianos, foi utilizada para a análise dos dados. Como norteadoras, foram utilizadas algumas construções dos estudos feministas (como a noção de gênero, enquanto categoria analítica e também política), referenciadas anteriormente.

Partimos, assim, das noções de enunciado e de formação discursiva propostas por Michel Foucault, sendo que “a análise do enunciado e a da formação são estabelecidas correlativamente” (FOUCAULT, 2004, p. 137). Considera ainda que o enunciado, enquanto aquilo que se fala ou que “acontece discursivamente”, pertence a uma formação discursiva, tal como uma frase pertence a um texto. A formação discursiva, por sua vez,

constitui, em sentido estrito, grupos de enunciados, isto é, conjuntos de *performances* verbais que não estão ligadas entre si, no nível das *frases*, por laços gramaticais (sintáticos ou semânticos); que não estão ligados entre si, no nível das *proposições*, por laços lógicos (de coerência formal ou encadeamentos conceituais); que tampouco estão ligados, no nível das *formulações*, por laços psicológicos (seja a identidade das formas de consciência, a constância das mentalidades, ou a repetição de um projeto); mas que estão ligados no nível dos *enunciados*. (FOUCAULT, 2004, p. 135 – 136).

Foram investigados, dessa forma, enunciados (acontecimentos discursivos) que nos aproximassem das visi(dizi)bilidades sobre a mulher da zona rural, em intersecção com o trabalho (e outras articulações possíveis, como educação, saúde, assistência social), presentes nas publicações do jornal. Enunciados estes que, ao serem agrupados, puderam, em última instância, constituir determinado *corpus* discursivo, por meio da reunião de um conjunto de textos e/ou imagens veiculadas por meio de reportagens, notícias, anúncios publicitários, artigos de opinião, etc., entendendo-os dentro do contexto histórico e social do município.



## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A Análise do Discurso permitiu constituir, enquanto um *corpus discursivo*, as 56 edições do jornal Tribuna Popular, de forma que apontou para diferentes modos de articulação entre a mulher, o trabalho e o rural, dependendo do contexto de emergência no qual as publicações eram veiculadas. E, para além do fator trabalho, puderam ser identificadas outras intersecções em relação a cultura/tradição e ao atravessamento do discurso capitalista nos sistemas laborais e sociais.

Percebemos a mídia enquanto um dispositivo de gênero, tomando o jornal como (re)produtor de determinados discursos, presentes também nas práticas sociais, como o da mulher-mãe, mulher-dona-de-casa, mulher-ajudante na lavoura. A mídia local pode operar, assim, como um dispositivo que atua no direcionamento de determinadas posicionalidades para as mulheres. Dispositivo entendido aqui como uma ferramenta constituinte de processos de subjetivação e das performances de gênero assumidas pelos sujeitos (ZANELLO, 2016).

No entanto, antes de apresentar as problematizações realizadas, cabe ressaltar alguns aspectos iniciais pertinentes ao processo de escrita, pesquisa e reflexão.

### Sobre os primeiros passos da construção e problematização dos dados

Partindo da pesquisa enquanto uma construção, cabe pensar no processo de reflexão desenvolvido ao longo da mesma, considerando algumas das implicações pessoais e profissionais das pesquisadoras. O estabelecimento do foco e o direcionamento do olhar, nesse sentido, foram alguns dos maiores desafios ao longo do processo de construção deste, o que pode ser percebido na seguinte passagem, registrada no diário de campo:

Diante da complexidade da realidade, e das relações que nela se estabelecem, tudo me parece estar muito conectado, muito interligado. É como se fosse uma rede, onde as tramas se cruzam, se ligam, se conectam, constituindo uma formação única. No entanto sei, e acho de extrema importância que [...] em alguns momentos, o foco se torna necessário. Necessário para que [se] possa ver em profundidade algum aspecto da temática que me proponho a estudar, e não apenas a superficialidade das tramas desta rede. Necessário porque a complexidade pode fugir das nossas reflexões, caso não consigamos pensar como se estabelecem as conexões, as tramas da rede. Por isso, a importância da delimitação de uma temática a ser estudada, bem como o foco em algumas das relações que são estabelecidas. (Trecho do diário de campo, 01 set. 2016).

A partir disto, buscamos voltar o olhar para algo complexo e dinâmico: as relações. Relações estabelecidas entre feminino e masculino; entre urbano e rural; entre discursos e

práticas. Passamos a perceber que o olhar deveria apenas deslizar por sobre os enunciados, identificando questões pertinentes à temática, podendo tensioná-las durante todo o percurso de escrita, evitando essencializações e generalizações. E para que isso fosse possível fizeram-se necessários diversos deslocamentos e desacomodações, em um nada fácil processo de *desconstruir*.

Desconstruir. Esta ideia ficou para mim enquanto ponto de reflexão durante a leitura do livro do Durval (*A invenção do Nordeste*). Desconstruir enquanto conceito, mas, mais do que isso, enquanto processo. Enquanto reflexão. Enquanto produção do conhecimento. Desconstruir o que é dito enquanto verdade, para se pensar outras possibilidades de ser e existir, e de construir conhecimentos, em determinados contextos, lugares, “espacialidades”. (Trecho do diário de campo, 07 jun. 2016).

A partir desta reflexão, bem como dos questionamentos suscitados ao longo do processo de pesquisa, questiona-se: De qual espaço, ou espacialidade, se fala? O que seria o campo, ou o rural, do qual se fala? Estes questionamentos dão origem a um tópico que discutirá a espacialidade da presente pesquisa, qual seja o contexto rural.

### **Sobre a espacialidade rural: reflexões acerca do trabalho, da família e dos modos de produzir e viver**

Sexta-feira. Aproximadamente 20 horas da noite. Saindo do estágio, rumo à minha casa, me ponho a refletir sobre o percurso. Saindo da cidade de Santa Cruz do Sul, me deparo com um movimento enorme, muitos carros, ciclistas, pedestres... Movimento nos bares, no shopping, nos postos de gasolina. Passando o trevo de acesso à cidade, o fluxo de veículos e pessoas diminui. A estrada é asfaltada, pavimento quase impecável e, no geral, bem iluminada e sinalizada. Alguns trechos são mais “silenciosos”, tem menos iluminação e menos moradias, mas a estrada é ladeada por casas/habitações, e alguns empreendimentos comerciais e industriais. Quando me aproximo da minha cidade, Sinimbu, o movimento diminui consideravelmente. Algumas pessoas estão reunidas na praça, algumas luzes acesas, algumas pessoas sentadas nas varandas, a tomar chimarrão. Estrada de paralelepípedo. Saindo do trecho mais movimentado do centro, passo uma pequena “vila”, alcançando a estrada de chão. Inicia-se um novo percurso, bem diferente do presenciado até então. Percorro cerca de 10 quilômetros. O trecho é todo de estrada de terra, chão batido. Muitos buracos e pedras. Silêncio e escuridão tomam conta do meu percurso. Vez que outra, surge um poste de luz, indicando uma residência. Mas poucas são as luzes. Poucas são as moradias. Muitas, no entanto, são as lavouras. As roças, que surgem e se destacam, dentre alguns trechos de mata, de árvores, de poteiros. Há algumas estufas (onde se desenvolvem as mudas de tabaco). E muitas lavouras, onde sobre a terra preparada, há tabaco, ou o mais conhecido “fumo” plantado, ainda com poucas folhas. Fumo este que representa o trabalho para um ano (safra) inteiro e depende, dentre outros fatores, de condições climáticas favoráveis, e do trabalho contínuo de agricultores e agricultoras, sobre as quais me debruço em meu trabalho de conclusão. (Trecho do diário de campo, 30 set. 2016).

Nesse fragmento, há dois aspectos que chamam a atenção: a caracterização do rural enquanto espaço geográfico, marcado pelas distâncias; e o contexto de trabalho do município, qual seja a agricultura, pautada especialmente no cultivo do tabaco. Mas, para além da definição do rural enquanto espaço geográfico, de determinação natural, propomos tomar a noção de *espacialidade*, definida por Albuquerque Júnior (2011) como um ponto de encontro entre poder e linguagem. A espacialidade rural – ou o campo, tomado aqui como sinônimo – seria, nesse sentido, o encontro entre a Geografia, a Linguagem e a História. Pensar o rural, então, exige a superação da dicotomia *urbano x rural*, na medida em que essa espacialidade se caracteriza por algumas especificidades, mas não se limita a elas.

O avanço da tecnologia, apresentado através de alguns recortes do jornal, por exemplo, evidencia que o meio rural está deixando de ser considerado lugar do atraso e conservadorismo (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011) para, gradualmente, ser atravessado pelos discursos tecnológicos e do capital. A busca por maior produtividade e lucratividade, através da inovação por meio de implementos, maquinários e insumos agrícolas para a lavoura, pode ser um indicativo que confirma essa afirmação.

Os ensinamentos passados de geração para geração colaboram para o desenvolvimento e a sustentabilidade do seu negócio. A produtividade de famílias que passam a trabalhar juntas tende a ter mais vantagens e lucratividade, sem contar que o custo com maquinários diminui (TRIBUNA POPULAR, 18 mar. 2016, p. 9).

O trecho acima aponta para o avanço do capital sobre o meio rural, através das inovações tecnológicas que podem aumentar a produtividade e a lucratividade, mas também visibiliza a propriedade rural enquanto o “negócio” da família. O que denota uma ênfase no modo de produção ainda frequente neste município do interior do RS: a agricultura familiar.

A agricultura familiar aparece na Tribuna Popular em diversos momentos, como uma opção, mas também como necessidade. Em entrevista realizada com um agricultor, em matéria sobre uma família que cultiva tabaco há três gerações, por exemplo, ele afirma que gosta de trabalhar na agricultura, mas que “sempre existe a vontade de sair para procurar coisas novas” (Tribuna Popular, 18 mar. 2016, p. 9). O que demonstra que, para além da realidade vivenciada, há também o desejo de buscar outros caminhos.

Na mesma matéria, falando sobre as inovações disponíveis no mercado para o trabalho no campo, o agricultor afirma que

muitas das tecnologias são aproveitadas, como a tecedeira. Porém, muitas só servem para quem planta em grandes quantidades e para produtores que possuem terras mais planas (TRIBUNA POPULAR, 18 mar. 2016, p. 9).

Essa fala reforça ainda o quanto a realidade do município está pautada sobre a agricultura familiar em pequenas propriedades, para além de escolhas pessoais, em outros aspectos, como condições geográficas. Condições estas que não permitem o uso de tecnologias mais avançadas, como tratores e implementos agrícolas.

Assim, conforme a entrevista, o trabalho nesse contexto ainda é realizado de forma manual, com a utilização da mão-de-obra familiar, a partir de aprendizados passados de forma transgeracional e uso de poucas tecnologias. Porém, o retorno financeiro-mercantil acaba se tornando objetivo final da produção, demonstrando o atravessamento do discurso capitalista nos modos de produzir e viver no meio rural.

Ademais, o jornal visibiliza a figura do trabalhador e/ou do colono, enquanto alguém que realiza um trabalho pesado, “duro” e produtivo. Na edição de 30 de abril de 2015, no Caderno Especial – Dia do Trabalhador, há duas homenagens que exemplificam, afirmando que:

Nossa gente trabalha. E trabalha duro. Nada mais justo que homenageá-los e valorizá-los sempre! (TRIBUNA POPULAR, 30 abr. 2015, p. 1).

Nossa homenagem a todos aqueles que, dia após dia, produzem, trabalham, geram renda e riquezas e ajudam na construção deste município. (TRIBUNA POPULAR, 30 abr. 2015, p. 8).

Por meio dos recortes acima, veiculados através de empresas, percebemos uma valorização do fator trabalho, especialmente o rural, bem como visibilização da produção de alimentos no campo (que abastecem também as cidades). No mesmo sentido, aparecem nas páginas do jornal local homenagens a uma data comemorativa Estadual: o Dia do Produtor de Tabaco. O dia 28 de outubro é instituído pela Lei 14.208/201. Tem o objetivo de respaldar e valorizar o trabalho do produtor de fumo, demonstrando o quanto o tabaco é importante (econômica e politicamente) em nosso Estado (FETAG/RS, s/d).

Assim, nota-se a valorização do trabalho rural (especialmente no que tange a fumicultura e a produção de alimentos) enquanto atividades econômicas. Ou seja, estas visibilidades são produzidas em torno de atividades que geram capital, sendo vistas e faladas por meio de algum setor econômico (da indústria fumageira, de serviços, da cooperativa de crédito, etc.). No mesmo sentido, há outra homenagem, de uma empresa do ramo agrícola do município de Sinimbu, que diz o seguinte:

28 de outubro – Dia do Produtor de Tabaco. Gente trabalhadora que, com muito esforço e dedicação, contribui para a geração de emprego, renda e fortalece a economia da nossa terra. Parabéns produtores! (TRIBUNA POPULAR, 30 out. 2015, p. 6).

Aqui, cabe fazer referência às fumageiras da região, bem como sua inferência sobre o trabalho, inclusive na produção familiar de municípios como o de Sinimbu. Assim como as fumageiras aparecem no jornal, com o poder de falar/homenagear os trabalhadores rurais, também são responsáveis pela expropriação de seu trabalho. O agronegócio, enquanto um conjunto de relações que inclui não só a agricultura, mas também a indústria e os serviços, é responsável pela formação de oligopólios no setor, que movimentam altos valores financeiros. “Assim, poucos têm poder sobre as grandes companhias que agem nos setores de produção e comercialização de máquinas e insumos agrícolas” (KARNOPP; OLIVEIRA, 2012).

E, mesmo que o(a) agricultor(a) familiar esteja inserido neste campo de forças, representando um elo da cadeia produtiva, as relações de poder são desiguais, tornando os trabalhadores rurais subordinados - e dependentes – das grandes empresas multinacionais e deste sistema. Dependência vista “na escolha do que produzir, como produzir, para quem e quando comercializar a produção. Por fim, agricultura familiar e agronegócio são sistemas diferenciados; no entanto, são componentes de um mesmo território, pois ambos atuam no rural brasileiro” (KARNOPP; OLIVEIRA, 2012, p. 11-12).

Nesses espaços de discussão produzidos no jornal, no entanto, se percebe primordialmente a visibilização da figura masculina enquanto detentora do lugar da fala, além de um direcionamento – via linguagem - ao produtor. Isso pode evidenciar o quanto ainda há, nas produções do jornal e na realidade do município, atravessamentos da lógica patriarcal de organização social, onde o homem ocupa um lugar de poder diferenciado nas relações familiares. Além das produções do jornal, a realidade das pesquisadoras também aponta para práticas que reforçam a manutenção deste modelo tradicional de família patriarcal. Para elucidar, trazemos aqui um recorte do diário de campo, decorrente de uma conversa da pesquisadora com a mãe:

Falei sobre a minha intenção de trabalhar com a temática do trabalho feminino no campo, e do quanto as minhas vivências no interior atravessaram o desejo para a realização desta pesquisa. Não lembro exatamente como, mas chegamos à temática da violência, e do quanto ela se faz presente nas relações próximas de nós. Minha mãe observa que, no período em que trabalhou como Agente Comunitária de Saúde, essas situações saltaram ainda mais aos seus olhos, e que talvez isso possa ser decorrente da forma como as relações se estabelecem na nossa comunidade, pois muitas mulheres ainda são “submissas” aos seus maridos/pais etc. Seguimos a conversa falando sobre o quanto não temos espaços na comunidade para falar sobre questões de gênero (Trecho do diário de campo, 29 mar. 2016).

Nesses enunciados se percebe, então, uma visibilização maior da figura masculina, sendo que enunciados acerca das lutas, dos direitos e da valorização do trabalho das mulheres

são falados apenas em determinados períodos, como ocorre durante o mês de março, no qual comemora-se internacionalmente o Dia da Mulher. Ou seja, ao longo do mês de março são visibilizadas nas páginas do jornal as mobilizações de mulheres, mas isso não se repete ao longo do ano. Isso leva a pensar na *interdição* dos discursos (FOUCAULT, 1996), pois não se tem o direito de falar de tudo, em qualquer circunstância. E da mesma forma, nem todos podem falar de qualquer assunto, em qualquer lugar. À figura feminina, assim, restringe-se o lugar de fala à algumas situações bastante específicas, como o Dia da Mulher.

### **Sobre a divisão sexual do trabalho e o discurso patriarcal: percursos e percalços**

Problematizar o discurso da família tradicional, que acaba perpassando as formas de organização social, onde se perpetua também uma lógica de divisão sexual das atividades laborativas, constitui foco nesse momento. Pois, ao longo do percurso desta pesquisa, evidenciou-se a (re)produção de discursos em torno da organização familiar a partir de um modelo hegemônico, de uma família nuclear tradicional burguesa. O trabalho, nesse contexto, também é organizado a partir da família, obedecendo a critérios de divisão entre os membros do grupo, segundo sexo e idade. E são as relações patriarcais de poder que orientam essa divisão do trabalho (ROUDINESCO, 2003). Relações patriarcais estas que também atravessam o modo de se constituir homem e/ou mulher em determinado contexto histórico, social e cultural.

No contexto da pesquisa, marcado pela agricultura familiar, essa organização dificulta, por exemplo, o acesso aos meios de produção por parte das mulheres, como o direito à posse de terras. Isso porque o poder do pai, proprietário da terra se estende para a vida pessoal dos filhos, determinando a sucessão e a transmissão da posse da terra para um dos filhos homens; os demais filhos e, sobretudo, as filhas não têm vez nesse processo (DI SABBATO et. al., 2009). Da mesma forma já discutia Paulilo (2004), afirmando que o acesso à terra ainda se faz quase exclusivamente pela via do casamento, o que implica, para as mulheres, restrições quanto à posse de terras/propriedades rurais.

O censo agropecuário de 2006 confirma esse discurso, apontando que haviam, no município de Sinimbu, um total de 1.501 estabelecimentos agropecuários. Destes, apenas 128 pertenciam à mulheres, enquanto os demais 1.373 tinham enquanto proprietários produtores do sexo masculino. (IBGE, 2006).

Cabe ressaltar que a dificuldade de acesso as terras pode implicar diretamente nos modos de viver e trabalhar das mulheres do meio rural, reforçando também alguns estereótipos

de gênero. Nos discursos da Tribuna Popular, por exemplo, as mulheres são frequentemente descritas enquanto as “esposas” dos produtores, como evidenciam os trechos a seguir:

“Plantamos 35 mil pés de fumo este ano. Já colhemos cerca de 30 mil pés. Quase toda safra está em casa”, revela. Ao lado da **esposa**, ele conta que a safra foi plantada e está sendo colhida com a ajuda da família. [...] O agricultor conta que ainda não possui produto pronto para a venda, mas que assim que encerrar a colheita, começará a preparar o fumo seco para a comercialização (TRIBUNA POPULAR, 15 jan. 2016, p.3).

Na propriedade de L., o trabalho é feito por ele, a **esposa** e o filho. Os três plantam, mantêm e colhem o fumo. Apesar das tecnologias cada vez mais presentes, por lá o trabalho ainda é feito de forma braçal, sem tratores. “Temos poucas terras e por isso não vale a pena ter um trator. Trabalhamos como antigamente, com a carroça e os bois”, revela. Este ano, junto com a **esposa** e o filho, L. completa 29 anos trabalhando no cultivo do tabaco. “Estamos seguindo a profissão dos meus pais”, salienta o agricultor, reforçando o clichê que cultivar o tabaco é uma fonte de renda e a continuidade da tradição (TRIBUNA POPULAR, 30 out. 2015, p.7).

Através destes recortes evidenciam-se algumas questões já discutidas anteriormente, como a fumicultura enquanto melhor possibilidade econômica, a realização do trabalho de forma manual, em pequenas propriedades. À figura masculina, novamente, é “dado” o poder de falar, enquanto as mulheres são dizibilizadas como as *esposas* dos agricultores. Também são citados os filhos, para quem são repassadas as tradições de família, inclusive no que se refere ao trabalho, como ilustra o enunciado a seguir, que fala sobre uma família de três gerações trabalhando na agricultura familiar:

Cada produtor conta uma história diferente, e muitos seguem os costumes e profissões dos familiares. [...] Os ensinamentos passados de geração para geração colaboram para o desenvolvimento e a sustentabilidade do seu negócio (TRIBUNA POPULAR, 18 mar. 2016, p. 9).

Adiante, na mesma matéria, há uma foto dos avós. O casal está sentado, trabalhando no tabaco já seco (fazendo manocas, para posterior enfardamento e comercialização). A legenda da foto fala que o casal passou para a filha a tradição. Outra foto, na sequência, traz a filha, acompanhada do marido e do filho, também trabalhando no fumo. A legenda desta imagem afirma que o neto (terceira geração da família) “já pensa diferente dos pais, mas ajuda com seus conceitos e aprendizados no cultivo do tabaco” (TRIBUNA POPULAR, 18 mar. 2016, p. 9).

Em outro momento, em um caderno especial de Dia do Trabalhador, é contada a história de um casal do interior que optou pela agricultura “por amor”. “Rodeados por animais,



lavouras e implementos agrícolas, o casal [...] pretende continuar neste ramo” (TRIBUNA POPULAR, 30 abr. 2015, p. 6).

Segundo a agricultora, o trabalho é fruto de ensinamentos que recebemos de nossos pais. Eu e meu marido estudamos apenas até a quarta série, na época. E depois quando nosso filho tiver idade suficiente para trabalhar iremos passar nossos aprendizados para ele, é claro, se ele tiver interesse. (TRIBUNA POPULAR, 30 abr. 2015, p. 6).

Aqui se faz presente a questão da baixa escolaridade das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais, além de evidenciar-se que o trabalho que utiliza mão-de-obra familiar assume posição central na organização produtiva nesta propriedade – como ocorre de forma geral no município, e também no Rio Grande do Sul. Conforme censo agropecuário de 2006, a agricultura familiar no RS era a maior geradora de renda no meio rural, absorvendo 91% dos trabalhadores (IBGE, 2006). Mas, conforme a reportagem, também se conta com ideias e aprendizados novos, que visam o aprimoramento da produtividade e da lucratividade, novamente em consonância com o discurso capitalista moderno.

Diante desta forma de trabalho e organização familiar se reforçam as evidências de um discurso patriarcal, que toma o homem como provedor, atribuindo-lhe o papel do produtor/agricultor e associando-se a ele o discurso do capital, da produção. Já para a mulher estão postas as atividades de “ajuda” na lavoura, bem como as domésticas, voltadas para o autoconsumo da família e o cuidado dos filhos (que é percebido, por exemplo, quando em imagens de famílias do interior com crianças, os(as) filhos(as) aparecem sempre no colo das mulheres, ou próximos delas).

A identidade das trabalhadoras rurais está centrada nos trabalhos domésticos, destinados à reprodução social do grupo familiar, que se sobrepõe ao papel de trabalhadora na esfera da produção. Elas são identificadas e se autoidentificam com o espaço doméstico, o que inclui trabalhos “no quintal”, como a plantação de hortas e o cuidado com pequenos animais, a elaboração de conservas e todo tipo de artesanato (DI SABBATO et. al., 2009, p. 140).

Esta divisão sexual do trabalho, reproduzida socialmente, é evidenciada nas publicações da Tribuna Popular em diversos momentos, permeados pelas práticas sociais. É vista, por exemplo, através dos cursos oferecidos para as mulheres do município. Exemplo disso são os cursos sobre plantas medicinais, realizados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, em parceria com o CRAS e com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (TRIBUNA POPULAR, 24 abr. 2015, p.8), além de curso de panificação caseira para agricultoras, também resultante de parceria entre CRAS e SENAR, com o apoio da prefeitura municipal.



Em avaliação do evento, em reportagem para o jornal, a monitora afirma que o “o curso é uma oportunidade para aprimorar a prática, a partir de conhecimentos que já trazem de casa” (TRIBUNA POPULAR, 31 jul. 2015, p. 5). No mesmo sentido, o prefeito afirma que as entidades estão estimulando as agricultoras e pessoas que moram no interior a ter um conhecimento maior sobre a panificação, qualificando as atividades corriqueiras do seu dia-a-dia (TRIBUNA POPULAR, 31 jul. 2015, p. 5), reforçando novamente o discurso da divisão sexual do trabalho, reproduzido nas práticas e nas páginas do jornal.

Cabe ressaltar que essa divisão do trabalho foi social e historicamente definida a partir da diferença corporal feminina. É por possuírem um útero, e pela capacidade reprodutiva, que às mulheres foram destinados o espaço doméstico, o cuidado dos filhos e da família. Por ser “natural”, ou seja, por supostamente não lhe custar esforço é que este trabalho não foi/é valorizado e remunerado. O discurso do “natural” encobre e desqualifica, portanto, este trabalho, pois “por natureza” as mulheres seriam doces, passivas, submissas, nutridoras e cuidadoras dos demais (ZANELLO, 2016, p. 234). Assim, também é possível pensar que na invisibilidade do trabalho feminino, também decorrente da divisão sexual do trabalho no meio rural.

Nas produções da Tribuna Popular - especialmente em artigos de opinião, com reflexões trazidas pelas próprias leitoras, reforça-se essas características tidas como naturalmente femininas em diversos momentos. Por exemplo:

Uma sagrada existência és tu mãe-mulher  
O anjo de Deus  
Enviado para a Humanidade  
E para cuidar e amar os seus (TRIBUNA POPULAR, 08 mai. 2016, p. 2).

A mulher é batalhadora, sensível, dedicada, e por mais que tudo aconteça com ela, a mulher sempre ergue a cabeça e segue em frente. Não é só esse dia que precisamos comemorar o Dia da Mulher e sim todos os dias (TRIBUNA POPULAR, 11 mar. 2016 p. 2).

Ninguém neste planeta tem mais amor que uma mulher, porque ela doou o seu belíssimo corpo em prol da humanidade, que é tão massacrado e humilhado. [...] Mulher [...] saia às ruas nos encontros, reivindicando seus direitos (TRIBUNA POPULAR, 11 mar. 2016, p. 2).

Através dos recortes é possível perceber a naturalização de determinadas características, como a maternidade, o cuidado, a sensibilidade e a delicadeza enquanto tipicamente femininas, inclusive através das falas das próprias mulheres. Isso, por conseguinte, pode contribuir para a invisibilização das demais atividades laborais, como o trabalho na lavoura e na propriedade (como a criação dos animais). Trabalho este desempenhado por elas da mesma

forma que pelos homens, para além do trabalho doméstico, que geralmente é atribuído às mulheres, especificamente.

Além disso, os grupos de homens e mulheres rurais do município também reproduzem o binarismo entre feminino e masculino, entre espaço público e privado, à medida em que os homens constituem Associações de Produtores e Sociedades de Atiradores, enquanto as mulheres participam de Clubes de Mães e Sociedades de Damas, por exemplo.

Isso demonstra o quanto o discurso jornalístico é atravessado pelas práticas sociais, e vice-versa, evidenciando também o quanto as práticas sociais se constituem discursivamente. E o quanto elas, tanto quanto os próprios discursos, não são estáticas. Já afirmava Fischer (2001), baseada nos estudos foucaultianos, que tudo é prática. E que tudo está imerso em relações de poder e saber, que se implicam mutuamente, e que também se atualizam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, reforçamos a necessidade contínua da produção de deslocamentos ao longo do processo de pesquisa e escrita, exigindo que, para além de utilizar conceitos ou noções prontas, se problematizasse as relações entre determinados enunciados, bem como as (des)articulações possíveis ao longo deste percurso.

Assim, percebeu-se que o modo como o jornal fala/visibiliza as mulheres varia dependendo do período do ano e de quem está autorizado a falar sobre o assunto. No mês de março, quando se comemora o Dia da Mulher, por exemplo, são veiculadas matérias referentes aos encontros festivos e/ou comemorativos e às mobilizações sociais, colocando a mulher em um lugar de luta, de encontro e de perpetuação das tradições. Já no mês de maio, quando comemorado o Dia das Mães, se fala mais da mulher no lugar da maternidade, enquanto mulher-mãe. Nestes momentos, há reprodução de discursos voltados ao mito do amor materno, que afirmam a mulher enquanto responsável pela maternidade, pelo cuidado e destinada ao espaço privado (do lar).

Ademais, quando se visibiliza nas páginas do jornal a questão específica do trabalho familiar voltado para a produção de tabaco, percebemos que a figura masculina é falada enquanto o produtor, o agricultor, o colono, sendo a mulher geralmente nomeada por sua esposa, ou ajudante na lavoura, mesmo que realize as mesmas atividades laborais. Além disso, o trabalho familiar, atravessado por relações de poder diversas, acaba sendo dominado pelas empresas fumageiras, que acabam expropriando o trabalho e as possibilidades de escolha dos

trabalhadores e das trabalhadoras familiares, impondo-lhe regras de tempo, produção e comercialização do tabaco.

Enfim, evidenciou-se que, de forma geral, as 56 edições do jornal analisadas, não conseguem produzir uma ruptura de determinados discursos sociais, como a associação da figura feminina ao espaço doméstico, ou da posição de quem ajuda ao marido e/ou exerce o cuidado da família. Discursos estes reforçados pelo modelo de família nuclear, visibilizado pelo jornal enquanto vigente no município. Assim, revela-se o quanto o discurso do patriarcado e da família nuclear atravessam os modos de produção na agricultura familiar e de vida das mulheres e dos homens do campo.

Finalizando, cabe reforçar a necessidade de que outros estudos possam ser realizados acerca da temática, focalizando tanto os contextos de vida e trabalho no meio rural, quanto a questão do gênero. Também podem ser pensados outros aspectos, como os referentes à etnia, raça e outras posicionalidades de gênero, para além dos marcadores feminino e masculino. Caberia investigar também como os discursos (re)produzidos pelo jornal produzem subjetividades, e como são (re)produzidos nas e pelas práticas sociais, em um processo de trocas constantes, considerando que os objetos da linguagem, ao mesmo tempo em que produzem sujeitos, também são por eles produzidos. Isso poderia nos servir enquanto ferramenta teórica, prática e política para o exercício de uma ciência, inclusive a Psicologia, comprometida com os sujeitos, em seus contextos, vivências e singularidades.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967.

CENSO agropecuário 2006: **Banco de dados agregados do IBGE**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=432067&idtema=3&search=rio-grande-do-sul|sinimbu|censo-agropecuário-2006>>. Acesso em: 27 out. 2016.

CENSO demográfico 2010: **Banco de dados agregados do IBGE**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene N. et. al. (Orgs.). **Gênero e cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

DI SABBATO, Alberto et. al. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Andrea Butto (Org.) Brasília: MDA, 2009. 168p.

ECCEL, Cláudia S.; ALCADIPANI, Rafael. (Re)descobrimo as masculinidades. In: FREITAS, M. E.; DANTAS, M (Org.). **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage, 2012. p. 51 - 78.

FETAG-RS. **Desenvolvido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul**. Apresenta informações sobre a instituição estadual do Dia do Produtor de Tabaco no RS. s/d. Disponível em: <<http://www.fetags.org.br/site/noticias.php?id=1094>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

FISCHER, Rosa M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, nº 114, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2016.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2004. 236 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996. 79 p.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo: v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007. Disponível em:

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 3. Reimpressão – agosto/2016.

KARNOPP, Erica; OLIVEIRA, Victor da Silva. Agronegócio e agricultura familiar: reflexões sobre sistemas produtivos do espaço agrário brasileiro. **REDES – Revista [do] Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul, v.17, n. 2, mai/ago 2012. p. 215 – 228.

PAULILO, Maria I. S. Trabalho familiar, uma categoria esquecida. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: v. 12, n. 1, janeiro-abril/2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21700.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

PINTO, Céli R. J. Elementos para uma análise de discurso político. 2005. **Barbarói – Revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Psicologia**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC: nº24, ano 2006/I. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/821/605>>. Acesso em: 19 mai. 2016.

PINTO, Céli R. J. **Com a palavra o Senhor Presidente José Sarney**: o discurso do Plano Cruzado. São Paulo: HUCITEC, 1989. 193 p.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003. 199 p.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Tradução de Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: v. 20, n. 2, jul./dez. 1995. p. 71-99. Disponível em: <[https://archive.org/details/scott\\_gender](https://archive.org/details/scott_gender)>. Acesso em: 10 mar. 2016.

TEIXEIRA, Ludmila de Lara. **Que jovens são esses?** Pensando a produção dos sujeitos através do programa jovem aprendiz. 2015. 41 f. Trabalho de Curso (Curso de Psicologia – Universidade de Santa Cruz do Sul). Santa Cruz do Sul, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/981/1/Ludmila%20de%20Lara%20Teixeira.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

TRIBUNA POPULAR. Caderno Especial – Dia do Colono e Motorista. Sinimbu. Ano 22. Edição bissemanal, n. 1.174. Sexta-feira, 24 de julho de 2015. p. 1 – 12.

TRIBUNA POPULAR. Sinimbu. Ano 22. Edição bissemanal, n. 1.151. Sexta-feira, 24 de abril de 2015.

TRIBUNA POPULAR. Caderno Especial – Dia do Trabalhador. Sinimbu. Ano 22. Edição bissemanal, n. 1.152. Sexta-feira, 30 de abril de 2015. p. 1 – 8.

TRIBUNA POPULAR. Sinimbu. Ano 22. Edição bissemanal, n. 1.152. Sexta-feira, 30 de abril de 2015.

TRIBUNA POPULAR. Sinimbu. Ano 22. Edição bissemanal, n. 1.176. Sexta-feira, 31 de julho de 2015.

TRIBUNA POPULAR. Sinimbu. Ano 23. Edição bissemanal, n. 1.184. Sexta-feira, 28 de agosto de 2015.

TRIBUNA POPULAR. Sinimbu. Ano 23. Edição bissemanal, n. 1.200. Sexta-feira, 30 de outubro de 2015.

TRIBUNA POPULAR. Sinimbu. Ano 23. Edição bissemanal, n. 1.217. Sexta-feira, 15 de janeiro de 2016.

TRIBUNA POPULAR. Sinimbu. Ano 23. Edição semanal, n. 1.225. Sexta-feira, 11 de março de 2016.

TRIBUNA POPULAR. Sinimbu. Ano 23. Edição semanal, n. 1.226. Sexta-feira, 18 de março de 2016.

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, gênero e dispositivos. In: DIMENSTEIN, Magda et. al. (Org.). **Condições de vida e saúde mental em contextos rurais**. São Paulo: Editora Intermeios, 2016. p. 223 – 246.